

Esquecer o Parapan

TERESA COSTA d'AMARAL

Ganhamos 2016! E junto veio, embrulhada por nós mesmos, a obrigação de realizar também os Jogos Paraolímpicos. Ninguém comemorou, ninguém mencionou, ninguém brindou. De certa forma nós que trabalhamos na área já estamos acostumados a esse processo de exclusão, mas alguém precisa lembrar a todos essa obrigação que torna mais difícil fazer acontecer com sucesso o projeto com o qual nos comprometemos em Copenhague.

O exemplo do Parapan foi péssimo. Quanta diferença entre as condições dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos! Golden Cross para os atletas olímpicos e SUS para os atletas com deficiência. A questão não é terem os atletas com deficiência sido atendidos através do Sistema Único de Saúde. Entendo que esse deveria ser o serviço oferecido a olímpicos e paraolímpicos, se esse é o sistema que atende a todo brasileiro. O problema é a diferença. Dar tratamento diferente é crime.

Mas não vou bater na tecla da diferença: teria de falar da abertura, do encerramento, da falta de transporte acessível, da construção de estádios e da Vila Paraolímpica sem acesso para pessoas com deficiência.

Deveria falar também das histórias contadas no Sumário Executivo da nossa candidatura. Por exemplo, sobre a experiência em realizar competições paraolímpicas, o dossiê fala dos bem realizados Jogos Mundiais para cegos e deficientes visuais, em 2007, e Jogos Mundiais em Cadeiras de Rodas, em 2005. Tão bem-sucedidos que faliram as duas federações nacionais responsáveis, a CBDC e a Abradecar.

Quero falar do futuro, do que nós, do movimento de pessoas com deficiência, queremos para 2016:

1. Uma cidade para todos: transporte acessível para uso por deficientes, em especial cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção.

2. Estádios e Vila Olímpica com acessibilidade universal, o novo conceito que faz da construção de espaços um meio de acesso para todos, deixando de lado a ideia de adaptação e sem o engodo que foi a acessibilidade dos equipamentos esportivos construídos ou reformados para 2007.

3. Um Comitê Paraolímpico forte e atuante com atletas e clubes apoiados diretamente. Hoje os recursos públicos ficam só com as organizações dirigentes e nem para o Parapan nem na candidatura de 2016 houve uma participação efetiva dos Paraolímpicos.

4. Um legado social para o Rio. Devemos estar atentos para cobrar, em nome de cada carioca e de cada voto ganho em Copenhague, as promessas feitas e a transparência prometida.

TERESA COSTA d'AMARAL é superintendente do IBDD.